

POLICY COMMENTARY

## #VidasNasFavelasImportam: juventude periférica, participação política e a construção de alternativas à guerra às drogas

Movimentos/CESeC

[contato@movimentos.org.br](mailto:contato@movimentos.org.br)

O presente artigo tem como objetivo compartilhar a experiência de construção do Movimentos, um coletivo de jovens ativistas de favelas<sup>1</sup> e periferias do Brasil que tem como propósito discutir alternativas à atual política de drogas a partir da perspectiva da juventude periférica. A capacidade de incidência popular na formulação, execução e supervisão das políticas públicas de segurança e de drogas é incipiente e, nesse quadro, menores ainda são as oportunidades disponíveis para a participação a juventude que vive nas favelas e periferias brasileiras. O Movimentos nasce com o propósito de colocar no centro do debate sobre segurança pública e política de drogas os atores que são mais impactados pela chamada “guerra às drogas”: os jovens periféricos. Apostando em um modelo híbrido de organização, que combina a governança coletiva e horizontal ao apoio institucional de um centro de pesquisa vinculado a uma universidade, o Movimentos busca não apenas ampliar a capacidade de incidência política da juventude periférica nas áreas de segurança pública e política de drogas, mas também elaborar e experimentar metodologias que possibilitem sua participação ativa e engajada.

**Palavras-chave:** favelas; juventude; segurança pública; América Latina

### Introdução

No Brasil, a política da guerra às drogas afeta desproporcionalmente as regiões periféricas dos centros urbanos. Não é novidade que, ao longo de sua história, as favelas<sup>2</sup> foram vistas por parte da sociedade brasileira como territórios da precariedade, da miséria e da carência, caóticos, violentos, que precisam ser controlados e reprimidos (Valladares 2005). Nas últimas décadas, a figura do “traficante”, diretamente associada à imagem já estigmatizada das periferias, passou a representar o inimigo número um do país no imaginário popular, acentuando ainda mais o caráter repressivo das políticas públicas que chegam aos territórios favelados (Leite 2012).

É pela mira do fuzil que o Estado brasileiro olha para as favelas e periferias. E, no que se refere à política de drogas, a estratégia prioritária adotada pelos governos é a do confronto e a da guerra (Rodrigues 2012). As táticas para combater o mercado ilegal de drogas são bem conhecidas por todos: incursões policiais frequentes nas favelas, fazendo uso irrestrito de armamento pesado, com o objetivo declarado de dismantelar organizações criminosas e apreender substâncias ilícitas. Colocados na linha de frente, os moradores desses territórios ficam expostos à violência cotidiana derivada de operações “antidrogas” e de disputas territoriais pelo controle do mercado ilegal. Nesse contexto, seus direitos mais básicos são sistematicamente violados, e centenas de vidas, a maioria delas de jovens negros, são perdidas.

O coletivo Movimentos nasceu com o propósito de debater alternativas à atual política da guerra às drogas a partir da perspectiva de quem é mais afetado por ela: a juventude favelada e periférica. Construído a partir de um modelo institucional híbrido, o coletivo foi concebido por jovens ativistas, comunicadores e

<sup>1</sup> Assinam este artigo, pelo coletivo: Ana Clara Telles, Luna Arouca, Raull Santiago e Thaynara Santos.

<sup>2</sup> O uso do termo em português tem como objetivo localizar esse fenômeno dentro do contexto brasileiro ao mesmo tempo em que reconhece a capacidade de identificação e significação dessa palavra em âmbito global a partir e para além dessa experiência específica. Em inglês, o termo que mais se aproxima do seu significado é “slum”.

artistas de diferentes favelas da região metropolitana do Rio de Janeiro, com apoio do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), da Universidade Candido Mendes. A iniciativa busca contribuir para a renovação das narrativas do campo e a disseminação desse debate entre grupos sociais que, apesar de diretamente impactados pela guerra às drogas, raramente se fazem ouvidos no debate público.

O objetivo desse artigo é delinear a conjuntura que está por trás da criação do Movimentos e compartilhar a experiência do coletivo na construção de novos olhares sobre segurança pública e política de drogas a partir da perspectiva das favelas e periferias. Abordamos os princípios que guiam a busca do coletivo por políticas mais justas e eficazes no combate ao racismo e às desigualdades que alimentam a guerra às drogas. Por fim, compartilhamos algumas metodologias e ferramentas criadas pelo grupo na esperança de que elas possam servir de subsídio para pensar outras formas de participação política nos temas de segurança pública e política de drogas, seja a partir de iniciativas governamentais ou da sociedade civil.

## **Guerra às drogas, guerra às favelas**

Nos últimos anos, o debate sobre política de drogas no Brasil passou por importantes mudanças, ainda que modestas. Em janeiro de 2015, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) retirou o canabidiol, princípio ativo da maconha, da lista de substâncias proibidas, medida crucial para a autorização da importação de medicamentos derivados da cannabis. Em agosto do mesmo ano, o Supremo Tribunal Federal (STF) começou a discutir a descriminalização do porte de drogas para consumo próprio. Especialmente no que se refere à maconha medicinal, importantes avanços foram conquistados desde então, a começar pela concessão de habeas corpus para que 13 famílias possam plantar e produzir o óleo de cannabis para finalidades terapêuticas e pela permissão de registro junto à Anvisa do primeiro medicamento à base de derivados da cannabis. Mais recentemente, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) anunciou um plano de pesquisa para a produção de cannabis para uso medicinal.

No entanto, no que diz respeito à guerra às drogas e a seus impactos na população pobre e periférica, testemunhamos o retrocesso. Os últimos dados divulgados pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública mostram que o Brasil atingiu a marca das 60 mil mortes em 2016 (Fórum Brasileiro de Segurança Pública 2017). O país possui o maior número absoluto de homicídios no mundo, concentrando a taxa mais alta de mortes violentas na faixa dos 21 anos (Cerqueira et al. 2017). Entre 2005 e 2015, a taxa de homicídios entre jovens de 15 a 29 anos aumentou 17%. Nesse período, 318 mil jovens foram assassinados no país (Cerqueira et al. 2017). Embora não seja possível estimar quantas dessas mortes estão relacionadas às drogas, sabemos que boa parte delas é provocada pela violência causada pelo combate militarizado ao “narcotráfico”.

Só que a guerra às drogas não atinge a juventude de forma homogênea: hoje, no país, os jovens negros têm mais chance de serem assassinados do que os jovens não-negros. De cada 100 pessoas que sofrem homicídio no país, 71 delas são negras (Cerqueira et al. 2017). E os dados mostram que, em vez de melhorar, essa situação tem se agravado: na última década, a taxa de homicídios da população negra aumentou 18%, enquanto a mesma taxa entre as pessoas de outras raças e etnias diminuiu 12% (Cerqueira et al. 2017). Os custos da guerra às drogas recaem desproporcionalmente sobre os jovens negros, a maioria do sexo masculino.

Quando consideramos as taxas de encarceramento, o quadro de violência e desigualdade permanece igualmente grave. O Brasil tem a terceira maior população carcerária do mundo, sendo o crime de tráfico de drogas a causa mais recorrente das prisões. Desde a nova Lei de Drogas (Lei 11.343), de 2006, o número de presos por tráfico aumentou 339%.<sup>3</sup> Assim como no caso dos homicídios, as pessoas negras são impactadas em proporção maior do que o restante da população: ainda que os negros representem pouco mais de 53% da sociedade brasileira, 64% das pessoas presas no país são negras (Departamento Penitenciário Nacional 2017).

E onde a guerra às drogas é travada? Embora as drogas circulem por toda a cidade, somente as favelas e periferias sentem os impactos violentos do combate ao mercado ilícito dessas substâncias. Dados recentes divulgados pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro mostram que a maior parte das prisões em flagrante pelo crime de tráfico de drogas acontece nas periferias da região metropolitana (Haber 2018). No Complexo da Maré, conjunto de favelas localizado na Zona Norte do Rio de Janeiro, 41 operações policiais foram realizadas em 2017; em média, uma operação a cada nove dias (Redes da Maré 2017). Nesse mesmo ano, os confrontos armados vitimaram fatalmente 42 pessoas na Maré e deixaram mais 57 feridos; ao todo, foram 45 dias sem atividades nos postos de saúde da região e 35 dias em que as aulas foram suspensas. E o que aconteceu no Complexo da Maré em 2017 não é a exceção, mas a regra: dados similares foram coletados

<sup>3</sup> Ver matéria do site G1, 'Com Lei de Drogas, presos por tráfico passam de 31 mil para 138 mil no país', publicada em 24 de junho de 2015. Disponível em: <https://glo.bo/1J4lz7s> [10/10/2018].

pelo Coletivo Papo Reto para a região do Complexo do Alemão, também na Zona Norte.<sup>4</sup> Não à toa, nos últimos anos, popularizou-se nas redes sociais a hashtag #VidasNasFavelasImportam, com o objetivo de dar visibilidade às violações cometidas no contexto da militarização cotidiana das periferias em nome do “combate às drogas”.

Tudo isso mostra que os impactos da guerra às drogas recaem sobre a sociedade de maneira seletiva e desigual. Embora as drogas sejam ilegais para todos, escolhemos prender e matar os jovens negros e moradores das favelas e periferias das nossas cidades. A raiz desse problema está na própria forma como construímos nossas políticas de drogas: apostando na repressão ao varejo do tráfico e na violência contra a população pobre, negra e periférica como forma de lidar com o uso dessas substâncias. E, ainda que essas políticas tenham impacto direto sobre o dia a dia das favelas e periferias, elas são elaboradas, planejadas, executadas e supervisionadas sem a participação dos cidadãos que mais são atingidos por elas.

Faz-se necessário aprofundar o debate sobre as consequências da guerra às drogas nos territórios periféricos e favelados, mas, ainda mais importante, é preciso abrir espaço para que aqueles e aquelas que mais sofrem os impactos da guerra às drogas tomem a frente no debate, tornando-se protagonistas dos processos de mudança nas políticas de drogas. Por essa razão, o objetivo do Movimentos passa por garantir o protagonismo dos moradores de favelas no debate sobre segurança pública e política de drogas. Para alcançar esse propósito, o grupo desenhou duas estratégias de atuação: (1) a disseminação do debate sobre política de drogas dentro das favelas e periferias; e (2) a ocupação dos espaços que discutem e formulam essas políticas. Ambas as frentes têm como objetivo trazer para o centro do debate sobre segurança pública e política de drogas os sujeitos que são mais impactados por essas políticas, criando espaços para que eles pensem, debatam e construam alternativas às atuais abordagens.

## **Do #VidaNasFavelasImportam ao #NósPorNós**

O Movimentos nasce, de fato, em maio de 2016, ocasião em que o CESeC reuniu dez jovens de favelas do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Salvador para participar de uma oficina de formação três dias sobre política de drogas no Rio de Janeiro. Desde então, o grupo se reúne periodicamente para construir ferramentas e pensar atividades sobre política de drogas para e a partir da perspectiva das favelas e periferias. Nos dois primeiros anos de existência, o coletivo participou de debates, seminários e programas de TV e rádio; deu aulas e oficinas sobre o tema em escolas públicas e particulares, pré-vestibulares comunitários e projetos sociais; promoveu eventos educativos e culturais junto a coletivos e grupos organizados de favelas; conduziu uma pesquisa qualitativa com 30 jovens lideranças de diferentes favelas da cidade do Rio de Janeiro para conhecer o que eles pensam sobre o tema; e realizou um encontro de jovens de favelas e periferias de todo o Brasil para pensar a construção de uma agenda nacional sobre política de drogas. Além disso, o grupo criou coletivamente a cartilha ‘Movimentos: drogas, juventude e favela’, que reúne os principais dados e informações sobre política de drogas em linguagem acessível, com o objetivo de auxiliar a introdução desse debate dentro e fora das favelas.

Os dois primeiros anos de experiência do Movimentos deixam claro que, quando os protagonistas do debate mudam, as prioridades também se transformam. Uma das primeiras lições aprendidas pelo grupo foi a de que falar sobre política de drogas com e a partir da perspectiva das favelas e periferias significa abordar temas mais amplos e complexos, que incluem a dificuldade de acesso a serviços públicos de qualidade para quem faz uso problemático de drogas; a ausência de políticas públicas para a juventude dos territórios periféricos; os desafios de comunicar sobre a necessidade de mudanças política de drogas em um contexto de concentração da mídia nas mãos de poucos e influentes veículos; a necessidade de repensar o papel das polícias na sociedade brasileira e sua atuação em favelas e periferias; entre muitas outras questões.

Além disso, também entendemos que não é possível debater política de drogas sem discutir racismo, criminalização da pobreza e desigualdade como questões centrais e estruturantes, visto que são fenômenos que andam lado a lado com a guerra às drogas no Brasil, reforçando-a ao mesmo tempo em que se alimentam dela. Ainda que os movimentos sociais tenham sempre sido parte importante do campo antiproibicionista brasileiro, nos últimos anos, é possível atestar o florescimento de inúmeras iniciativas voltadas para o debate racial e de gênero dentro do campo da política de drogas. O processo de criação e consolidação do Movimentos se insere em um contexto de ampliação da participação de coletivos e organizações de base no debate sobre política de drogas a partir de uma perspectiva interseccional, que entende a discussão sobre múltiplas desigualdades como crucial para se pensar novas políticas de drogas.

<sup>4</sup> Ver o site institucional do coletivo, <https://100ko.wordpress.com>.

Por fim, o Movimentos acredita que, para que mudanças nas políticas de drogas tragam impactos positivos para a vida dos moradores de favelas e periferias, é necessário ir além da discussão sobre descriminalização e regulação. É preciso pensar modelos alternativos que assegurem inclusão e participação de populações historicamente marginalizadas e diretamente impactadas pela guerra às drogas; que fortaleçam serviços e políticas públicas efetivas nos territórios periféricos; que deem oportunidades e perspectivas para a juventude das favelas e periferias; e que reparem danos materiais, físicos e psicológicos de décadas de políticas fracassadas. Para que reformas nas políticas de drogas de fato tragam efeitos positivos para as favelas e periferias, é preciso fazer um esforço consciente e determinado a construir modelos que lidem diretamente com as desigualdades (experiências internacionais têm justamente apontado nessa direção, como no caso do estado da Califórnia, nos Estados Unidos). E nós, do Movimentos, acreditamos que, para que isso aconteça, é preciso colocar as favelas e periferias no centro do debate, como protagonistas.

### **Novos protagonistas, novas metodologias**

O processo de construção do Movimentos também demonstrou que o deslocamento dos eixos do debate sobre política de drogas para abarcar as perspectivas da juventude periférica só se torna possível quando novas metodologias de participação são construídas. Questões urgentes como o racismo e o machismo estruturais, a violência policial, a ausência de direitos básicos e as desigualdades de renda e de oportunidades atravessam constantemente a forma como jovens das favelas e periferias circulam e acessam as cidades em que moram. Por ser uma iniciativa da sociedade civil, apoiada por financiamento privado e livre das amarras burocráticas das instâncias governamentais, o Movimentos pôde experimentar diferentes metodologias para mitigar esses efeitos e fortalecer a participação ativa e colaborativa de todos os seus membros.

A primeira inovação do projeto foi, justamente, seu caráter híbrido, combinando construção política coletiva com apoio institucional. Gestado em formato de coletivo por jovens ativistas de favelas, dentro de um centro de pesquisa vinculado a uma universidade, o Movimentos aliou dois formatos de governança que pareciam irreconciliáveis. Como garantir processos de construção conjunta e de tomada de decisão que fossem coletivos, colaborativos e horizontais, dentro de uma instituição da sociedade civil que mantinha uma estrutura organizacional tradicional? O desafio foi sendo superado na prática: ao mesmo tempo em que o CESeC proveu a infraestrutura necessária para que o Movimentos desse seus primeiros passos – recursos financeiros, estrutura física, contatos e orientação geral sobre o tema –, deu liberdade para que o coletivo criasse e gerisse seus próprios canais de governança, decidindo os rumos estratégicos do projeto e a alocação dos recursos disponíveis.

Por estar à frente desses processos, o coletivo pôde criar outras metodologias para assegurar e incentivar a participação plena de seus membros. A mais importante delas foi a garantia de possibilidades mínimas para que eles pudessem frequentar as atividades. A forma de tornar isso possível foi através da transferência direta de recursos, para que os membros pudessem custear gastos com alimentação e transporte, além de serem minimamente recompensados pelo tempo dedicado ao trabalho do coletivo. Essa medida foi essencial, ainda, para a construção de laços de confiança entre o coletivo e a instituição, e marcou uma importante inovação na relação que tradicionalmente se estabelece entre organizações da sociedade civil e ativistas de favelas e periferias no Brasil – entendidos como beneficiários dessas entidades, em vez de parceiros, eles raramente são recompensados pelo tempo e pelos recursos gastos em sua militância diária.

Em terceiro lugar, o trabalho do Movimentos foi, desde o início, orientado pela ideia de valorizar diferentes potenciais do grupo, em vez de buscar enquadrá-los em velhos padrões de ativismo. Temos, hoje, no coletivo atores, jornalistas, poetas, MCs, produtores audiovisuais, designers, professores, compositores, redutores de danos, pedagogos, internacionalistas, todos dispostos a construir narrativas alternativas sobre política de drogas a partir de suas próprias capacidades profissionais e humanas. A valorização da diversidade de potenciais dentro do coletivo nos permitiu pensar ferramentas de comunicação, mobilização e sensibilização sobre segurança pública e política de drogas que vão além dos moldes tradicionais construídos pelas instâncias governamentais e até mesmo pelas organizações da sociedade civil. Usamos, sobretudo, a arte e a cultura para fazer esse debate chegar onde ele raramente tem vez: dentro das favelas e periferias. Acreditamos que trabalhar sensibilidades é essencial para navegar por um tema tão dolorido e difícil como o dos impactos cotidianos da guerra às drogas na vida da juventude periférica.

### **Conclusão**

O Movimentos acredita que as periferias são o centro, não a margem. É núcleo que fervilha soluções e mantém as cidades vivas e funcionando. Em meio a um cenário de desigualdades, racismo e violência, as favelas e periferias seguem inovando e sobrevivendo com muita criatividade e inteligência. Todos os dias, novas ferramentas são criadas e novas soluções são pensadas para dar conta de um contexto de ausência de políticas

públicas e de presença ostensiva do braço violento do Estado. Por isso, as favelas têm de estar no centro de processos que discutem mudança. Se queremos novas políticas de drogas que rompam com relações sociais históricas fundadas no racismo, na desigualdade e na violência, precisamos abrir espaço para que as favelas e periferias tomem a dianteira nessa discussão.

A juventude periférica é ativa, engajada, conectada, informada e circula por diferentes espaços das cidades. Investir em lideranças jovens de favelas e periferias é a melhor estratégia que temos à mão para construir alternativas à atual política de drogas que, de fato, tragam impacto positivo a quem mais sofre com a guerra às drogas. O objetivo desse artigo foi justamente mostrar que a juventude favelada e periférica está organizada e preparada para ocupar esse debate. Felizmente, o Movimentos é uma iniciativa entre muitas outras criadas por jovens das favelas e periferias brasileiras que florescem dia após dia com sede por transformação.

## Conflito de Interesses

Os autores não têm interesses conflitantes a declarar.

## Referências

- Cerqueira, D, Lima, RSD, Bueno, S, Valencia, LI, Hanashiro, O, Machado, PHG e Lima, ADS.** 2017. *Atlas da violência 2017*. Disponível em: <https://bit.ly/2r00l7z> [10/10/2018].
- Departamento Penitenciário Nacional.** 2017. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. Atualização – Junho de 2016*. Disponível em: <https://bit.ly/2E0ebNA> [10/10/2018].
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública.** 2017. *12º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/atividades/anuario/> [10/10/2018].
- Haber, C.** (coord.). 2018. *Relatório Final da Pesquisa sobre Sentenças Judiciais por Tráfico de Drogas na Cidade e Região Metropolitana do Rio de Janeiro*. Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://bit.ly/2zQVUp6> [10/10/2018].
- Leite, MP.** 2012. Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 6: 374–389.
- Rodrigues, T.** 2012. Narcotráfico e militarização nas Américas: vício de guerra. *Contexto Internacional*, 34(1): 9–41. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-85292012000100001>
- Valladares, L.** 2005. *A invenção da favela*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

**How to cite this article:** Movimentos/CESeC. 2019. #VidasNasFavelasImportam: juventude periférica, participação política e a construção de alternativas à guerra às drogas. *Journal of Illicit Economies and Development*, 1(2). DOI: <https://doi.org/10.31389/jied.38>

**Submitted:** 10 October 2018

**Accepted:** 13 February 2019

**Published:** 05 June 2019

**Copyright:** © 2019 The Author(s). This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (CC-BY 4.0), which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original author and source are credited. See <http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>.



*Journal of Illicit Economies and Development* is a peer-reviewed open access journal published by LSE Press.

OPEN ACCESS